

# NEOENERGIA TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 36.257.233/0001-11 | Companhia Fechada

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,  
Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Transmissão reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

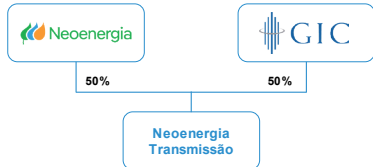
#### 1. A NEOENERGIA TRANSMISSÃO

A Neoenergia Transmissão ("Companhia"), controlada 50% pela Neoenergia S.A. e 50% pela Warrington Investment Pte. Ltd (GIC), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades.

A Neoenergia Transmissão S.A. e suas controladas diretas têm por objeto social desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



#### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 29 de setembro de 2023, ocorreu o *closing* da operação de venda de participação societária de 50% das ações da Neoenergia em oito ativos de transmissão que estavam em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Naranandiba e Rio Formoso) para o GIC, anunciada ao mercado em abril de 2023. Com essa venda, houve uma reorganização societária, na qual os ativos adquiridos pelo GIC foram aportados na Holding de Ativos Operacionais (Neoenergia Transmissão), com estrutura de Co-Controle entre sócios (50%/50%).

Em 7 de agosto de 2025 a Neoenergia anunciou o *closing* da venda de 50% da linha de transmissão de Itabapoana para o fundo de investimento do Unique Power, fundo integralmente detido pela Warrington GIC, que passou a ter participação em 9 ativos operacionais da Neoenergia. Essa foi a primeira operação realizada após a assinatura do acordo de desenvolvimento firmado entre a Neoenergia e o GIC em 25 de abril de 2023, reforçando a estratégia de rotação de ativos da Neoenergia com foco na otimização de portfólio com geração de valor, seguindo a disciplina de capital.

Em 2025, a taxa de disponibilidade das controladas ficou acima do limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

#### Disponibilidade Transmissoras (%)



### 3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

#### 3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Empresa	Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Jalapão (EKTT 01)	LT Miracema - Gilbués II	3	500kV	418	29/12/2021	09/03/2048
	LT Gilbués II - Barreiras II	2	500kV	311	16/01/2022	09/03/2048
Santa Luzia (EKTT 02)	LT 500 KV Santa Luzia II - Campina Grande III	1	500kV	125	28/06/2021	09/03/2048
	LT 500 KV Santa Luzia II - Milagres II	1	500kV	220	07/11/2021	09/03/2048
Rio Formoso (EKTT 06)	LT 230kV Rio das Águas - Rio Formoso II C1/C2	2	230kV	210	30/01/2023	20/03/2050
	LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante	2	230kV	137	21/07/2020	11/08/2047
Dourados (EKTT 12)	LT Rio Brilhante - Campo Grande 2	1	230kV	149	01/05/2021	11/08/2047
	LT Campo Grande 2 - Imbiruçu	2	230kV	57	01/05/2021	11/08/2047
Naranandiba (EKTT 15)	LT Nova Porto Primavera - Ivinhema 2	2	230kV	64	27/12/2020	11/08/2047
	LT Rio Brilhante - Dourados 2	1	230kV	122	03/08/2021	11/08/2047
Itabapoana (EKTT 4)	LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	2	230kV	48	03/08/2021	11/08/2047
	LT 500kV CAMPOS 2 - MUTUM C1	1	500kV	223	18/06/2024	22/03/2049
	LT 500kV CAMPOS 2 - MUTUM C2	2	500kV	222	18/06/2024	22/03/2049

#### 3.2. Subestações em operação

Subestações em Operação - Características Físicas						
Empresa	Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
Santa Luzia (EKTT 02)	SE Santa Luzia II	500kV	-	28/06/2021	09/03/2048	
Rio Formoso (EKTT 06)	SE Rio das Águas - novo pátio em 230kV com transformação 500/230kV	500/230kV	600	30/01/2023	20/03/2050	
	SE 230/138kV Rio Formoso II	230/138kV	400	30/01/2023	20/03/2050	
Dourados (EKTT 12)	SE Dourados 02	230/138kV	2 x 150	03/08/2021	11/08/2047	
Atibaia (EKTT 13)	SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	500kV	-	20/12/2019	11/08/2047	
Biguaçu (EKTT 14)	SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	525kV	-	18/07/2020	11/08/2047	
Sobral (EKTT 15)	SE Sobral III (COMPARTILHADA)	500kV	-	22/01/2020	11/08/2047	
Naranandiba (EKTT 15)	SE Brumado II	230/138	100	21/09/2014	27/08/2042	
	SE Extremo II	230/69	300	04/07/2015	10/05/2042	
	SE Naranandiba	230/69	300	06/06/2011	28/01/2039	
Itabapoana (EKTT 4)	SE Campos	500kV	-	23/06/2024	22/03/2049	
	SE Mutum	500kV	-	23/06/2024	22/03/2049	

#### 4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é representada pela soma da RAP das 9 empresas controladas, totalizando R\$ 583 milhões. Todas as controladas possuem RAP corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e prazo de concessão de 30 anos, contados a partir da assinatura de seus respectivos contratos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras						
Empresa	Linha de Transmissão / Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Jalapão (EKTT 01)	LT Miracema - Gilbués II LT Gilbués II - Barreiras II	100%	175.831	2028	Junho	IPCA
Santa Luzia (EKTT 02)	LT 500 KV Santa Luzia II - Campina Grande III LT 500 KV Santa Luzia II - Milagres II SE Santa Luzia II	100%	80.020	2028	Junho	IPCA
Rio Formoso (EKTT 06)	LT 230kV Rio das Águas - Rio Formoso II C1/C2 SE Rio das Águas - novo pátio em 230kV com transformação 500/230kV SE 230/138kV Rio Formoso II	100%	23.945	2025	Junho	IPCA

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>
<b>Ajustado por:</b>				
Depreciação e amortização	1.772	1.305	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(413.674)	(273.768)
Tributos sobre o lucro	163.301	100.899	486	-
Resultado financeiro, líquido	192.090	151.912	1.319	605
<b>Aterações no capital de giro:</b>				
Contas a receber de clientes e outros	(4.972)	(2.466)	-	-
Concessão serviço público (ativo contratual)	(378.555)	(164.130)	-	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	597	(6.810)	5	443
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(121)	-	-	-
Difusos tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	36.198	(1.777)	(81)	(9.515)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	1.200	(3.748)	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(8.755)	(3.181)	60	-
<b>Caixa gerado (consumido) nas operações</b>	<b>414.326</b>	<b>345.006</b>	<b>(244)</b>	<b>(9.233)</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	202.845	457.747
Encargos de dívidas pagas	(109.386)	(82.076)	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	19.431	30.514	860	2.256
Tributos sobre o lucro pagos	(2.930)	(3.654)	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>321.511</b>	<b>289.790</b>	<b>203.392</b>	<b>450.770</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado	(207)	(2.503)	-	-
Resgate de ações	-	-	-	64.500
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(5.760)	(25.017)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	13.758	36.000	-	-
<b>Caixa gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>7.791</b>	<b>8.480</b>	-	<b>64.500</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Caixa recebido com integralização de ativos (nota 1)	-	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	162.000	-	-
Depósitos em garantias	(23.904)	-	-	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(101.106)	(92.272)	-	-
Remuneração paga aos acionistas	(205.570)	(181.205)	(205.570)	(172.194)
Resgate de ações	-	(396.800)	-	(396.800)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamentos</b>	<b>(312.081)</b>	<b>(508.277)</b>	<b>(205.570)</b>	<b>(568.994)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>17.221</b>	<b>(210.007)</b>	<b>(2.178)</b>	<b>(53.724)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99.626	309.633	6.669	60.393
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	116.847	89.626	4.491	6.669
<b>Transações que não envolvem caixa:</b>				
Integralização de capital - aporte de ativos (nota 1)	211.784	-	230.283	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>833.416</b>	<b>575.586</b>	-
<b>Custos de operação</b>	<b>4</b>	<b>(58.620)</b>	<b>(46.370)</b>	-
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>4</b>	<b>(74.568)</b>	<b>(526.903)</b>	-
<b>Perdas de crédito esperadas</b>	<b>8.1</b>	<b>(6.308)</b>	<b>(2.021)</b>	<b>(161)</b>
<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>10</b>	<b>(1.228)</b>	<b>931</b>	-
<b>Lucro operacional</b>	<b>5</b>	<b>767.032</b>	<b>525.813</b>	<b>413.474</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>5</b>	<b>(192.090)</b>	<b>(151.912)</b>	<b>(1.319)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		20.426	35.080	804
<b>Despesas financeiras</b>		(214.027)	(188.601)	(2.484)
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		131	1.602	36
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>574.942</b>	<b>373.901</b>	<b>412.127</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(163.301)</b>	<b>(100.899)</b>	<b>(486)</b>
Corrente	6.11	(6.211)	(3.370)	(486)
Diferido	6.12	(157.090)	(97.529)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>411.641</b>	<b>273.002</b>	<b>411.641</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$: 14.2a</b>		<b>0,20</b>	<b>0,15</b>	<b>0,20</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Transmissão S.A. ("Controladora" ou "Companhia") com sede na Rua Ary Antenor de Souza, 321 - Sala Z - Jardim Nova América, Campinas - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades. A Neoenergia Transmissão S.A. e suas controladas diretas têm por objeto social desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de abril de 2025, a Companhia e o fundo de investimentos Unique Power, detido pela Warrington, firmaram um contrato para a venda de 50% das novas ações da Neoenergia Transmissão S.A. (Neoenergia Transmissão). As novas ações da Neoenergia Transmissão serão emitidas através de aumento de capital, integralizado pela participação acionária de 100% da Companhia na Neoenergia Itabapoana, considerando *equity split* de R\$ 230,283. Em 7 de agosto de 2025, a Neoenergia S.A. e o Unique Power cumpriram todas as suas condições precedentes e concluíram a operação, mediante alienação de 5,7% das ações da Neoenergia Transmissão por R\$ 115.142, valor que corresponde à 50% do valor da Itabapoana, utilizada pela Neoenergia S.A. para aumentar o capital social da Neoenergia Transmissão em R\$ 230,283. Como resultado da transação, a Neoenergia S.A. e o GIC, de forma indireta, mantêm o controle compartilhado com participação de 50% cada no portfólio de ativos da Companhia, que passou a contar também com Itabapoana. A seguir a composição dos ativos e passivos que foram aportados:

Balanço Patrimonial Incorporado da Neoenergia Itabapoana	
Caixa e equivalentes de caixa	18.499
Contas a receber de clientes e outros	9.927
Depósitos Judiciais	19.450
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	922.431
Outros ativos	7.073
<b>Ativos</b>	<b>977.380</b>
Fornecedores	2.445
Empréstimos e financiamentos	592.899
Impostos e Contribuições a recolher	121.495
Impostos e contribuições sociais diferidos	12.543
Provisões	11.828
Outros passivos não circulantes	5.887
<b>Passivos</b>	<b>747.097</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>230.283</b>

**1.1. Concessões do Serviço Público e Autorizações de serviços de energia elétrica:** A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos. As políticas operacionais e financeiras abrangem medidas relativas a investimento de capital, recursos humanos e tecnologia. Em regra, este direito está limitado somente as vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. As empresas subsidiárias possuem o direito de explorar as seguintes concessões de transmissão de energia elétrica:

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento	Ciclo tarifário	Última revisão
SE Naranandiba S.A. (Naranandiba)	Bahia	28/01/2009	28/01/2039	5 anos	2023
SE Naranandiba S.A. (SE Extremo II)	Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042	5 anos	2022
SE Naranandiba S.A. (SE Brumado II)	Bahia	27/08/2012	27/08/2042	5 anos	2023
Neoenergia Sobral	Ceará	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Atibaia	São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Biguaçu	Santa Catarina	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Dourados	Mato Grosso do Sul e São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
	Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais	22/03/2019	22/03/2049 <sup>(1)</sup>	5 anos	2024
Neoenergia Santa Luzia	Parabá e Ceará	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Neoenergia Jalapão	Tocantins, Bahia e Piauí	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Neoenergia Rio Formoso	Bahia	20/03/2020	20/03/2050	5 anos	2025

(1) O Despacho nº 3.162/2025-ANEEL, reconheceu 90 dias adicionais de prazo ao Contrato de Concessão nº 003/2019 da Neoenergia Itabapoana. **1.2. Gestão de Riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de

NEOENERGIA TRANSMISSÃO S.A.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxas de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (GP-M, TLP, P, SOT, IPCA e IPCA-E). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços de commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 12), além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante suficiente para garantir o pagamento de suas obrigações. Os fluxos de caixa de operações que a Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 12). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. A Administração gerencia o risco de solvência por meio do monitoramento contínuo da estrutura de capital, adotando uma abordagem prospectiva considerando as aplicações de caixa das operações. Esse processo envolve a avaliação e a sensibilização de todos os riscos materiais ou potenciais que possam impactar a estrutura de capital definida e aprovada no plano estratégico da Companhia. **12.2 Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. Risco de crédito de contrapartes comerciais: O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e aumentar o gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza testes de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, avaliando o risco de crédito e seus ratings de crédito e de liquidez das operações. Esse processo envolve a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Moody's	S&P	Fitch
AAA	AAA	AAA
AAA	AAA	AAA
AAA	AAA	AAA

**1.2.3 Risco regulatório: Ambiente Regulatório:** A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **1.2.4 Seguros:** A Companhia mantém uma carteira de seguros para cobrir os riscos de danos materiais, danos pessoais, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)
Risco Operacional (2)	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 2.100
Terrorismo	01/06/2026 a 01/06/2026	R\$ 627
Responsabilidade Civil Geral (3)	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 104
D&O	17/11/2025 a 17/11/2026	R\$ 60
Empresarial	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 71
Responsabilidade do explorador	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 49
Transportador Aéreo RPT - Drones	31/05/2025 a 31/05/2024	R\$ 36
Responsabilidade Civil Ambiental	01/06/2025 a 01/06/2026	R\$ 32
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE / RCF-V R\$ 1

(1) Valores expressos em milhões de reais. (2) Risco operacional das substabeleções, usinas, parques eólicos e fotovoltaicos. (3) Responsabilidade civil geral de todos os segmentos do Grupo Neoenergia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos; e (iii) valor justo dos ativos não circulantes classificados como mantidos para venda. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia Transmissão S.A. e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e reconhecidas e utilizadas na gestão da administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia e de todas as controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas às demonstrações financeiras estão detalhadas nas seguintes notas explicativas, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.2.4. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir das estimativas aplicadas. As demonstrações financeiras significativas aplicadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2.2	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
9.2	Tributos sobre o lucro diferidos
10.1	Perdas de crédito esperadas
10.2	Concessão de instrumentos financeiros (ativo contratual)
13.3	Instrumentos financeiros derivativos
	Provisão para processos judiciais

**2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

**Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVN nº 223/ O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos OCV nº 10. Critérios de para o reconhecimento, mensuração e divulgação de crédito Carbono (CO2e), Per- de carbono (TC2e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e missões de emissão de carbono (CBO) das entidades atuantes na aplicação retrospectiva de Descarbonização diversificada de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.		01/01/2025

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da informação de resultados e a maneira que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18/CPC 51 também exige que as companhias divulguem informações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina na transação de despesas de desempenho, reconhecidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26). Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 (CPC 51). A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	Consolidado 2025	2024
Remuneração do ativo contratual	613.087	537.337
Contrato de conexão ao sistema de transmissão - CCT	13.743	13.743
Receita de operação e manutenção	59.035	52.219
Ganho (perda) na RAP*	(1.549)	32.635
Construção de infraestrutura pela concessão	256.616	3.482
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>920.732</b>	<b>639.048</b>
(-) Tributos gerais (nota 3.1)	(7.972)	(55.688)
(-) Encargos setoriais (nota 3.1)	(7.749)	(6.774)
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(87.516)</b>	<b>(62.462)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>833.416</b>	<b>575.586</b>

(\*) A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual. **3.1. Deduções da receita bruta:**

	Consolidado 2025	2024
Outros tributos indiretos - correntes	(46.914)	(41.823)
Outros tributos indiretos - diferidos	(32.853)	(33.865)
<b>Tributos gerais</b>	<b>(79.767)</b>	<b>(55.688)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(4.776)	(4.334)
Taxa de Fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica - TFSFE	(2.090)	(1.693)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(883)	(747)
<b>Encargos setoriais</b>	<b>(7.749)</b>	<b>(6.774)</b>
<b>Total</b>	<b>(87.516)</b>	<b>(62.462)</b>

**3.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material:** A receita é reconhecida durante o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é reconhecida durante o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é reconhecida durante o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente para o negócio de distribuição e transmissão de energia, prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. A Companhia reavalia suas premissas de margem das obrigações de desempenho, no mínimo uma vez por ano, no tocante as expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura vis-à-vis a complexidade e o deságio oferecido no valor da RAP de construção de infraestrutura. A taxa de juros implícita que remunera o ativo contratual varia entre 8% a 18% a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(27)	-
Material	(92)	(783)
Serviços de terceiros	(102)	(1.510)
<b>Total</b>	<b>(228)</b>	<b>(2.293)</b>

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado 2025	2024	Controladora 2025	2024
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>147</b>	<b>147</b>	<b>147</b>	<b>147</b>
<b>Custos de administração</b>	<b>49</b>	<b>147</b>	<b>49</b>	<b>147</b>
Despesas gerais e administrativas	(47.369)	(2.195)	(49.564)	(83)
Depreciação e amortização	(621)	(917)	(1.538)	-
Provisão para processos judiciais	(200)	(802)	(802)	-
Impostos, taxas e contribuições	(10.208)	(640)	(11.840)	(89)
Outras receitas (despesas), líquidas	(58.620)	(6.308)	(64.928)	(229)
<b>Total</b>	<b>(107.518)</b>	<b>(3.662)</b>	<b>(118.783)</b>	<b>(229)</b>

	Consolidado 2024	2024	Controladora 2024	2024
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>75</b>	<b>75</b>	<b>75</b>	<b>75</b>
<b>Custos de administração</b>	<b>3.104</b>	<b>43.343</b>	<b>3.104</b>	<b>80</b>
Despesas gerais e administrativas	(40.239)	(3.104)	(43.343)	(80)
Depreciação e amortização	(619)	(686)	(1.305)	-
Provisão para processos judiciais	-	3.012	3.012	-
Impostos, taxas e contribuições	(132)	(292)	(424)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.325)	(951)	(6.276)	(82)
<b>Total</b>	<b>(46.390)</b>	<b>(2.021)</b>	<b>(48.411)</b>	<b>(162)</b>

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado 2025	2024	Controladora 2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>	<b>19.431</b>	<b>35.764</b>	<b>860</b>	<b>2.256</b>
Renda de aplicações financeiras	(1.004)	(1.724)	(56)	(127)
(-) Tributos sobre receita financeira	11	27	-	-
Receitas de juros e encargos de conta a receber de clientes	1.988	1.011	-	-
Atualização de depósitos judiciais	2	-	-	-
Outras receitas financeiras	20.426	35.080	804	2.129

	Consolidado 2025	2024	Controladora 2025	2024
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(204.230)</b>	<b>(177.717)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(4.531)	(3.815)	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(195)	(592)	(4)	(405)
IOF	(15.071)	(6.477)	(2.479)	(2.791)
Outras despesas financeiras	(214.027)	(188.600)	(2.483)	(3.196)

**Outros resultados financeiros, líquidos**  
Outras variações monetárias, líquidas

	2025	2024	
1.511	1.609	361	
1.511	1.609	361	
<b>(192.090)</b>	<b>(151.912)</b>	<b>(1.318)</b>	<b>(605)</b>

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA) e apropriação dos custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

**7.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda e dividendos e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado 2025	2024	Controladora 2025	2024
<b>7.1.1. Tributos sobre o lucro</b>	<b>574.942</b>	<b>373.901</b>	<b>412.127</b>	<b>273.002</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(195.480)</b>	<b>(127.126)</b>	<b>(140.123)</b>	<b>(92.821)</b>

**Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:**  
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio

	2025	2024
16.869	20.094	7.760
1.241	24	-
19.190	15.752	-

Resultado de participações societárias  
Diferença de presunção de base do lucro presumido  
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos

	2025	2024
567	594	123
(5.879)	(10.237)	(8.895)
(5.312)	(9.643)	(8.772)

**Tributos sobre o lucro**  
**Alíquota efetiva**  
Corrente

	2025	2024
28%	27%	0%
(4.211)	(5.270)	(486)
(157.090)	(9.200)	-

**7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado 2025	2024
188.003	104.885	-

**Prejuízo fiscal (inclui base negativa)**  
**Diferenças temporárias**  
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato  
Outros  
**Total**

	2025	2024
(1.089.381)	(832.597)	-
11.628	7.595	-
<b>(889.750)</b>	<b>(720.117)</b>	<b>-</b>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado 2025	2024
188.003	104.885	-
(163.301)	(100.899)	(486)
28%	27%	0%
(4.211)	(5.270)	(486)
(157.090)	(9.200)	-

**7.1.3. Tributos sobre o lucro a recolher:**

	Consolidado 2025	2024	Controladora 2025	2024
Imposto de Renda - IR	10.508	19.814	3.946	6.036
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	398	1.928	-	96
<b>Ativo</b>	<b>10.906</b>	<b>21.742</b>	<b>3.946</b>	<b>6.132</b>
Circulante	10.900	21.635	3.946	6.132
Não Circulante	6	107	-	-
Imposto de Renda - IR	374	264	138	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	249	169	94	-
<b>Passivo</b>	<b>623</b>	<b>433</b>	<b>232</b>	<b>-</b>
Circulante	623	433	232	-

**7.1.4. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda é positivamente influenciada pelos incentivos fiscais da SUDENE (região Nordeste) e SUDAM (região Norte), que concedem redução de até 75% do IRPJ, calculada sobre o lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de mais-valia e *gígio (goodwill)* incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerada pela transação em favor da Companhia. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das diferenças temporárias no Brasil e reconhecidas considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda é positivamente influenciada pelos incentivos fiscais da SUDENE (região Nordeste) e SUDAM (região Norte), que concedem redução de até 75% do IRPJ, calculada sobre o lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a

**b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Processos cíveis (i)	26.774	33.661
Processos trabalhistas (ii)	1.462	724.176
Processos fiscais (iii)	1.671	1.511
<b>Total</b>	<b>29.907</b>	<b>759.349</b>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.; (ii) **Processos trabalhistas:** referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reequilíbrio salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	Consolidado	
	2025	2024
Processos cíveis	27.156	16.553
Processos fiscais	15.324	4.752
<b>Total</b>	<b>42.480</b>	<b>21.305</b>

**14.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/ intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**15.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.032.542 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 2.199.059), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.032.542,034 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil ações		R\$
	Qtde.	%	
Neoenergia S.A.	1.016.271.017	50%	1.016.271
Warrington Investment Pte. Ltd	901.229.138	44,34%	901.229
Unique Power FIP	115.041.879	5,66%	115.042
<b>Total</b>	<b>2.032.542.034</b>	<b>100%</b>	<b>2.032.542</b>

**15.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	411.641	273.002	411.641	273.002
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.895.003	1.802.259	1.895.003	1.802.259
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>0,22</b>	<b>0,15</b>	<b>0,22</b>	<b>0,15</b>

**b) Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	Controladora	
	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>
Reserva legal	(20.582)	(13.650)
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>391.059</b>	<b>259.352</b>
Remuneração		
Mínima obrigatória (i)	97.765	64.838
Remuneração adicional	12.767	69.001
Dividendos adicionais propostos	280.527	125.513
<b>Total</b>	<b>391.059</b>	<b>259.352</b>

Natureza da remuneração	Controladora	
	2025	2024
Dividendos	368.235	230.135
Juros sobre capital próprio	22.824	29.217
<b>Total</b>	<b>391.059</b>	<b>259.352</b>

**Remuneração total por ação**

	2025	2024
	<b>0,192</b>	<b>0,144</b>

(i) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF. Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
AGO de 21 de março de 2025	Dividendos adicionais propostos 2024	125.513	0,0617515
RCA de 27 de março de 2025	Juros sobre capital próprio	2.003	0,0009854
RCA de 30 de abril de 2025	Dividendos intermediários	37.708	0,0185521
RCA de 26 de junho de 2025	Juros sobre capital próprio	3.157	0,0015532
RCA de 25 de setembro de 2025	Juros sobre capital próprio	9.943	0,0048919
RCA de 30 de outubro de 2025	Dividendos intermediários	50.000	0,0245997
RCA de 18 de dezembro de 2025	Juros sobre capital próprio	7.721	0,0037986
<b>Total</b>		<b>236.045</b>	

A remuneração a pagar ao acionista está apresentada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Saldo ao início do exercício</b>	<b>9.012</b>	<b>35.191</b>	<b>9.012</b>	<b>26.181</b>
Dividendos distribuídos	236.045	159.407	236.045	159.407
Imposto de renda retido na fonte	(3.424)	(4.382)	(3.424)	(4.382)
Dividendos pagos no exercício	(205.570)	(181.204)	(205.570)	(172.194)
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>36.063</b>	<b>9.012</b>	<b>36.063</b>	<b>9.012</b>

**15.3. Reserva de lucros: a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **15.4 Política contábil material:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados

**NEOENERGIA TRANSMISSÃO S.A.**

através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

**16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção e (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

**16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	2025		Acionistas e outros
	Controladora	Controladas	
<b>Ativo</b>			
Contas a receber de clientes e outros (a)	-	-	15.614
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (b)	152.841	-	-
<b>Total</b>	<b>152.841</b>	<b>-</b>	<b>15.614</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (c)	-	-	3.641
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	152.841	36.063
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>152.841</b>	<b>39.704</b>

	2024		Acionistas e outros
	Controladora	Controladas	
<b>Ativo</b>			
Contas a receber de clientes e outros (a)	-	-	12.048
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (b)	16.547	-	-
<b>Total</b>	<b>16.547</b>	<b>-</b>	<b>12.048</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (c)	-	-	3.049
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	16.547	9.012
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>16.547</b>	<b>12.061</b>

**16.2. Transações com partes relacionadas**

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Resultado do período</b>		
Receita operacional líquida (a)	87.763	78.461
Custos dos serviços (c)	(42.071)	(26.457)
<b>Total</b>	<b>45.692</b>	<b>52.004</b>

**16.3. Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Norte Energia	TUST	IPCA	35 anos	2048	8.041	18.818
a)	Neoenergia Coelba	TUST/CCT	IPCA	25 anos	2027	4.288	37.977
a)	Neoenergia Coserm	TUST/CCT	IPCA	30 anos	2027	939	8.016
a)	Neoenergia Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2027	995	9.725
a)	Neoenergia Pernambuco	TUST	IPCA	30 anos	2060	777	7.143
b)	Neoenergia Dourados	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	33.250	-
b)	Neoenergia Rio Formoso	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	233	-
b)	Neoenergia Itabapoana	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	10.443	-
b)	Neoenergia Jalapão	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	70.729	-
b)	Neoenergia Santa Luzia	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	26.301	-
b)	Neoenergia Sobral	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	3.485	-
b)	Narandiba	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	8.401	-
b)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	(18.031)	-
b)	Warrington Investment Pte. Ltd	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	(18.031)	-
c)	Elektro O&M	Operação e Manutenção - O&M	IPCA	5 anos	2028	(3.640)	(42.055)

**16.4. Remuneração da administração:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve remuneração dos Administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista Neoenergia S.A.

**17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2025	2024	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	57.506	59.341	22.980	76.646
Títulos e valores mobiliários	17.954	20.181	2.107	38.594
Contas a receber de clientes e outros	74.147	-	57.833	-
Outros ativos financeiros	15.920	-	10.040	-
<b>Total</b>	<b>165.527</b>	<b>79.522</b>	<b>92.960</b>	<b>115.240</b>

	Consolidado			
	2025	2024	CA	VJR
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	53.331	-	51.800	-
Empréstimos e financiamentos	2.761.920	-	2.199.187	-
Outros passivos financeiros	35.736	-	14.547	-
<b>Total</b>	<b>2.850.987</b>	<b>-</b>	<b>2.265.534</b>	<b>-</b>

	Controladora			
	2025	2024	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.170	2.320	5.426	1.243
<b>Total</b>	<b>2.170</b>	<b>2.320</b>	<b>5.426</b>	<b>1.243</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	5	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

CA - Custo amortizado; VJR - Valor justo por meio do resultado.

**17.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços

cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.6 (análise de sensibilidade). **17.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	59.341	76.646
Títulos e valores mobiliários	20.181	38.594
<b>Total</b>	<b>79.522</b>	<b>115.240</b>

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **17.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	2.761.920	2.694.967	2.199.187	2.145.321

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores de empreiteiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **17.5. Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **17.6. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. • **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. • **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. • **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no período	Expo-sição (Saldo/ Nocio-nal)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	180.950	6.187	(888)	(1.791)
<b>Passivos financeiros</b>							
<b>Empréstimos e financiamentos</b>							
Dívida em CDI	CDI	Alta do IPCA	14,90%	(88.327)	(14.225)	(2.134)	(4.267)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,46%	(2.658.122)	(209.466)	(15.827)	(31.653)